

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.239.211 - MS
(2018/0015301-3)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : WESLEY RIBEIRO PRIMO
ADVOGADOS : NABIHA DE OLIVEIRA MAKSOUD - MS011399
CELEIDA CÓRDOBA DE LIMA E OUTRO(S) - MS010238
ÉRICO FATHI CORDOBA DE LIMA - MS018537
EUDES JOAQUIM DE LIMA - MS018367
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS INEXISTENTES. SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRADO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO. APRESENTAÇÃO EM MESA PARA JULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
2. Existindo fundamentação no sentido da perda superveniente do interesse recursal, pelo anterior julgamento de *habeas corpus*, não se prestam os embargos de declaração à rediscussão do aresto recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
3. Nos termos do art. 159 do RISTJ, não cabe sustentação oral no julgamento de agrado regimental, o qual *independe de prévia publicação da pauta para a intimação das partes, conforme o teor do art. 258 do RISTJ, uma vez que o feito é apresentado em mesa* (EDcl no AgRg no AREsp 996.640/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017).
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator